



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¼ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica




Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

**EIXO:
INOVAÇÃO E
SUSTENTABILIDADE
EM ARQUIVOS**

INFRAESTRUTURAS DE INFORMAÇÃO: DOCUMENTOS DA PESQUISA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Mylène Marie Tanferri⁷³

Zeny Duarte de Miranda⁷⁴

Dominique Vinck⁷⁵

Resumo

Este artigo explora a possibilidade de usar o conceito de infraestrutura de informação para entender o funcionamento das atividades relacionadas à documentação corrente ou permanente nas Instituições de Ensino Superior (IES). Trabalha o potencial heurístico da transposição de alguns conceitos teorizados pelos estudos em sociologia das ciências e das técnicas (SCT) a este caso específico, trazendo uma abordagem etnográfica e uso da teoria fundamentada para restituir o ponto de vista dos atores e relevar aspectos envolvidos na produção, armazenagem e disseminação de informações arquivísticas no contexto acadêmico, assim como o lugar concedido aos arquivos científicos. Mesmo se as IES se utilizam cada dia mais dessas infraestruturas informacionais nas suas atividades, a invisibilidade da constituição e do funcionamento dessas infraestruturas não deve levar a esquecer as dimensões relacionais, políticas e materiais que as condicionam e desenham a memória documental das instituições e das atividades científicas por elas coordenadas. Como resultado parcial, destaca-se as dimensões relacionais e políticas das atividades arquivísticas na escolha dos elementos a serem tratados e preservados.

Palavras-chave: Infraestrutura de Informação. Arquivos universitários. Instituições de Ensino Superior.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo explora a possibilidade de usar o conceito de infraestrutura de informação definido, entre outros, por Bowker et al., (2009), e Star e Ruhleder (2010), para entender o funcionamento das atividades relacionadas à documentação corrente ou permanente nas Instituições de Ensino Superior (IES). Com base nesse conceito, interroga-se o lugar dos

⁷³ Doutoranda PPGCI-UFBA e LADHUL-UNIL.

⁷⁴ Orientadora PPGCI UFBA.

⁷⁵ Orientador LADHUL-UNIL

arquivos da pesquisa – aqui entendidos como a documentação e/ou os dados produzidos pelos pesquisadores durante sua atividade científica⁷⁶ – dentro dessas Instituições. Essa definição pode ser adequada ao terceiro tipo de documentos, distinguido por Thérèse Charmasson (2006): documentos produzidos por instituições de tutela das atividades científicas, documentos das instituições em si, e documentos privados dos pesquisadores.

Para oferecer algumas considerações sobre o lugar e a consideração que esses arquivos poderiam encontrar nas práticas arquivísticas das entidades de Ensino Superior, a nossa proposição se baseia em uma pesquisa de tipo exploratória, conduzida sob a modalidade de um campo realizado em uma IES da região nordeste em fase de elaboração de atividades relativas a sua documentação e arquivos. Entre outros projetos, as discussões sobre a criação de uma infraestrutura de informação será, assim, analisada como um espaço que poderia, ou não, incluir arquivos da pesquisa dentro das atividades coordenadas por ela. Desta forma, entende-se que as práticas e as relações entre os atores dentro das instituições contribuem na formação de definições do tipo de documentos que deveriam ser conservados. Na falta de uma legislação clara, os atores desenvolvem atividades de preservação e valorização que se atrelam as essas definições práticas. Durante a pesquisa, olhamos para alguns fatores que normalmente não estão considerados como importantes nesses processos. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os resultados apresentados são parciais.

Os resultados apresentados são constituídos por análise não-normativa dos discursos dos atores sobre suas práticas e preocupações, levando a uma interpretação que não tem por objetivo a avaliação das práticas, mas sim a restituição e o entendimento destas para poder seguir “as infraestruturas em ação, não como elementos estáveis, mas como entidades performadas dentro, por e através das relações” (CORDELLA, 2010)⁷⁷. Na hora de fazer escolhas que poderiam parecer meramente técnicas ao olhar exterior, os atores entrevistados indicam vários elementos que dizem respeito a essas relações. Sobre esse

⁷⁶ Especificamos que o presente artigo não trabalha essas definições de um ponto de vista teórico mas tenta perceber as elaborações e atuações destas, por parte de atores no campo. Consideramos assim que são eles que definem o que serão os futuros arquivos “acadêmicos”, da “pesquisa” ou da “ciência” nas IES através das suas práticas, discussões e decisões.

⁷⁷ Tradução nossa, original : « [...] information infrastructures in action, which means they are not stable but performed in, by, and through relations »

modelo de pesquisa, apresentaremos os elementos que pudemos observar entorno da questão dos arquivos na instituição observada.

Para a coleta de dados, foram realizadas 16 entrevistas aprofundadas de entre uma e três horas com atores envolvidos em atividades ligadas a documentos e arquivos no sítio da Instituição, entre os quais, arquivistas, responsáveis de setores específicos da biblioteca, funcionários do centro de processamento de dados e professores membros de uma comissão permanente de arquivos recentemente criada dentro da Instituição observada. O roteiro de entrevista foi desenhado, principalmente, para coletar informações sobre: o tipo de atividades desenvolvidas com documentação e/ou arquivos; o tipo de documentação tratada e considerada como importante; os relacionamentos com outros atores trabalhando com documentação e/ou arquivos. Por se tratar de uma pesquisa de tipo etnográfica, elementos que permitem a identificação dos entrevistados foram voluntariamente omitidos. Além das entrevistas, buscou-se documentação técnica a respeito dos arquivos de universidades; relatos de experiências e pesquisas em IES na produção arquivística brasileira; assim como informações extraídas de grupos de discussão envolvidos com arquivos. Os dados coletados foram analisados seguindo os preceitos da teoria fundamentada (STRAUSS; CORBIN, 1997; STRAUSS, 1990), que visam à elaboração de conceitos e teorias a partir da análise dos dados coletados.

2 O CONCEITO DE INFRAESTRUTURA DE INFORMAÇÃO

O conceito de infraestrutura de informação utilizado neste trabalho baseia-se nas pesquisas desenvolvidas em Sociologia das Ciências e das Técnicas, mais especificamente em um campo definido como *infrastructures studies*⁷⁸. Um dos elementos principais desse conceito é o fato que as infraestruturas se tornam progressivamente invisíveis quando começam a ser utilizadas, trazendo a impressão de um funcionamento natural e autônomo. No caso estudado nesta pesquisa, considera-se que os elementos observados apontam

⁷⁸ Ver por exemplo, o número especial sobre e-infraestruturas do [Journal of the Association for Information Systems](#), v. 10, n°5, 2009. A primeira obra considerada por esse campo é a do historiador Thomas P. Hughes, *Networks of Power: Electrification in Western Society, 1880-1930*. JHU Press, 1993.

para uma fase inicial da formação de uma infraestrutura, sendo esta ainda visível – e aberta ao debate. O momento de nossa observação é um momento importante, durante o qual atividades de seleção e escolhas frente aos processos e documentos que serão incluídos no projeto estão realizadas.

As infraestruturas de informação dizem respeito à interação entre diferentes grupos e ferramentas ao redor de informações de natureza variável e trabalha com a ideia que as infraestruturas de informação são partes que refletem e contribuem com o ambiente no qual se desenvolvem (STAR; RUHLER, 2010). Essas autoras oferecem a possibilidade de se perguntar não *o que é* uma infraestrutura mas *quando* as interações e interligações entre atores humanos e elementos técnicos tornam-se de fato uma infraestrutura disponível de modo transparente para os usuários, enquanto continua sendo um trabalho de manutenção para outros atores envolvidos.

O conceito de infraestrutura permite a visibilidade não só da rede tecnológica e suas especificidades técnicas, mais também de outros elementos essenciais dos quais a infraestrutura depende para se mantida, como operadores humanos, normas técnicas e classificações, políticas e decisões institucionais. Para entender o que é e como funciona, efetivamente, uma infraestrutura, é preciso então entrar no detalhe da sua elaboração e do tratamento realizados pelos atores individuais e os grupos envolvidos. Por esse motivo, a maioria dos estudos nessa área está voltada por *case studies* (PIPEK; WULF, 2009; HINE, 2007; BAKER; MILLERAND, 2007; MACKENZIE, 2003).

E necessário, assim, entender os processos evolutivos de constituição das políticas, das normas, dos padrões que regem a produção, a classificação, categorização e definição dos elementos a serem disponibilizados nas infraestruturas, as escolhas técnicas e as suas justificativas assim como todos os ajustes práticos que vão sendo realizados entre esses elementos ao longo da constituição da infraestrutura. Assim sendo, precisamos considerar a infraestrutura como um conceito cuja extensão depende do nível de análise. Uma infraestrutura nunca é meramente técnica, mas sim embutida em outros elementos e instâncias com os quais interage e dos quais não pode ser separada: “[devemos pensar] as infraestruturas não só em termos de oposição entre componentes humanos e não-humanos,

mas em termos de um conjunto de componentes ou sistemas sociais, organizacionais e técnicos interligados” (BOWKER, G. C. et al., 2009)⁷⁹.

O conceito de infraestrutura inclui a questão das escolhas dos dados, elementos, documentos, informações a serem ou não incluídos na infraestrutura, seja na hora da sua planificação, seja nas atividades realizadas para o cumprimento e manutenção desta. A importância desses elementos está apresentada em trabalhos que buscam dar visibilidade a agentes geralmente esquecidos nas análises de infraestruturas, e resgatam sua importância na aparência e funcionamento destas (MILLERAND, 2012; SHAPIN, 1989; WILSON, 2012). De modo geral, pouca atenção está concedida aos detalhes práticos e materiais que permitem e condicionam a acessibilidade a informação, tais como: as atividades quotidianas dos atores, as decisões tomadas no dia-dia do processamento das informações, o desenvolvimento complexo da elaboração e adoção de políticas, normas e padrões muitas vezes envolvido com aspectos políticos e relacionais - elementos de grande influência na consistência e interpretação potencial dos conjuntos de informação disponibilizados (BOWKER, 2005; EDWARDS et al., 2011).

Os processos de inclusão ou exclusão de elementos nas infraestruturas, e a progressiva transparência desses processos – ou seja, o fato de se perder de vista que uma seleção foi operada, naturalizando assim o conteúdo disponível e as atividades de alimentação do sistema – são marcos úteis para acompanhar as decisões entorno dos tipos de documentos que serão considerados no planejamento de atividades arquivísticas. Elementos como: os tipos de documentos a serem coletados, a responsabilidade da avaliação da documentação, a sua guarda legal e física, as modalidades da sua disponibilização final para o usuário, vão sendo pouco a pouco interpretados e negociados pelos diferentes atores, estruturando assim o que serão, finalmente, os conteúdos preservados e disponibilizados. O lugar dos arquivos da pesquisa e as possíveis definições destes pelos atores ficam relacionados a esses processos decisórios.

Star e Ruhleder (2010)⁸⁰ definem infraestruturas da informação como :

⁷⁹ Tradução nossa, original : « [...] thinking about infrastructure not only in terms of human versus technological components but in terms of a set of interrelated social, organizational, and technical components or system »

⁸⁰ Adaptação nossa, original : « *Encastrement* (embeddedness). L'infrastructure est contenue, comme si elle était « coulée » à l'intérieur d'autres structures, arrangements sociaux et technologies. *Transparence*. L'infrastructure est transparente pour l'utilisateur, c'est-à-dire qu'il n'y a besoin ni de la réinventer à chaque fois, ni de l'assembler pour chaque tâche, tout en étant un soutien invisible de ces tâches. *Portée ou*

1. Embutidas: a infraestrutura está contida dentro de outras estruturas sociais e tecnológicas.
2. Transparentes: a infraestrutura parece transparente ao usuário, que não precisa ter acesso a história da sua constituição para poder utilizá-la.
3. Extendidas espacial e temporalmente: a infraestrutura vai além de um evento ou de uma prática isolada e se desenvolve a partir de elementos já existentes.
4. Aprendidas como ato da entrada dentro da uma comunidade: a infraestrutura não é natural ao primeiro contato, ela necessita de uma aprendizagem por parte de quem a usa e de quem trabalha com ela.
5. Ligadas com as convenções práticas: a infraestrutura molda e é moldada pelas convenções de uma comunidade de práticas.
6. Incorporam normas e padrões: a infraestrutura ganha em transparência pelo feito de adotar e incorporar normas e padrões já em vigor.
7. Construídas sobre bases já instaladas: uma infraestrutura não aparece do nada, e ela está baseada em infraestruturas mais antigas e utiliza os rumos já desenvolvidos.
8. Se tornam visíveis em caso de falha: a falta de luz, por exemplo, torna perceptível a infraestrutura elétrica de uma cidade, e a necessidade deste recurso para o funcionamento de nossos aparelhos.

No caso estudado, a recente criação de uma comissão permanente de arquivos - da qual estudaremos a composição assim como as suas deliberações a respeito da utilização de tecnologias, seja para digitalização de documentos, para implementação de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), ampliações de repositórios existentes, ou desdobramento com outros projetos da instituição - abre a possibilidade de acompanhar a constituição de uma infraestrutura de informação dentro de uma instituição de ensino superior. Observamos que elementos previamente considerados como estáveis e evidentes (práticas, modos de organização, ferramentas) estão sendo renegociados com a possibilidade de incluir – ou não – arquivos da pesquisa dentro dos elementos a serem considerados.

étendue. Elle peut être spatiale ou temporelle ; l'infrastructure va au-delà d'un événement isolé ou d'une pratique unique. *Apprentissage comme bénéfice de l'appartenance*. Prendre pour acquis des artefacts et des arrangements organisationnels est une condition sine qua non pour faire partie d'une communauté de pratiques. *Liens avec les conventions pratiques*. L'infrastructure est à la fois façonnée et façonne les conventions d'une communauté de pratiques. *Incorporation de normes et standards*. L'infrastructure, modifiée par la portée et souvent par des conventions contradictoires, devient transparente en puisant dans d'autres infrastructures et outils de manière standardisée. *Construite sur une base installée*. L'infrastructure ne vient pas de rien ; elle lutte contre l'inertie de la base installée et hérite des forces et limites de cette base. *Devient visible au moment d'une défaillance*. Une infrastructure invisible quand elle fonctionne devient visible quand elle est défaillante : le serveur se plante, le pont s'effondre, l'électricité est coupée. Même lorsqu'il y a des mécanismes ou des procédures de secours, leur existence ne fait que mettre en lumière l'infrastructure devenue visible »

3 ARQUIVOS DA PESQUISA

A questão dos arquivos da pesquisa vem ganhando cada vez mais relevância no âmbito dos eventos internacionais, a considerar, por exemplo, a organização do Colóquio Internacional Arquivos dos Saberes em Genebra (junho de 2014), e a Conferência Internacional da ICA-SUV, eixo dos arquivos acadêmicos do Conselho Internacional dos Arquivos em Paris (julho de 2014), indicando interesse crescente relativo a essa temática. Ela é debatida por arquivistas de universidades e instituições de ensino, mas interessa também aos pesquisadores enquanto usuários de documentos de arquivos com fontes e como produtores de dados e documentos que poderiam ser conservados a longo prazo. Historicamente, a preservação da documentação da pesquisa científica foi utilizada pelo Conselho Internacional dos Arquivos (CIA), como argumento na hora de negociar o lugar das instituições de arquivos nos sistemas nacionais de informação projetados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), durante a década de 1970⁸¹.

No Brasil, a temática dos arquivos da pesquisa vem sendo tratada tradicionalmente por instituições dedicadas a documentação científica como o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), que, entre várias ações, desenvolveu um guia básico para a preservação de acervos a destinação dos produtores de documentos em instituições que não possuem arquivos centrais (MAST, 2010). Reflexões bastantes críticas a respeito do posicionamento das IES frente a essa documentação foram emanadas da comissão especial constituída em 2003 pelo CNPq através de uma proposição de política nacional de memória da ciência e tecnologia (MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-MCT, 2003).

Por enquanto, não parece ser consenso para as Instituições de Ensino Superior (IES) a gestão da documentação dos pesquisadores no caso do desenvolvimento de infraestruturas de informação e/ou o tratamento arquivístico desta produção, sendo o projeto “memória científica” da UNICAMP elaborado pelo Sistema de Arquivos desta, uma exceção

⁸¹ Ver por exemplo: RHOADS, J. B, **The Role of Archives and Records Management in National Information Systems: A RAMP Study**. 1983.

nesse sentido (FIGUEIRÔA; DO ROSSIO MARTINS; PEYERL, 2013). Portanto, além da produção em papel, como notas, cadernos de campo, esboços ou desenhos, pesquisadores utilizam cada vez mais ferramentas informáticas ao longo das suas pesquisas, tais como planilhas incluindo fórmulas, apresentações sob formato eletrônico, base de dados individuais ou coletivas, seja nas ciências exatas, seja nas ciências humanas, a partir das quais foi desenvolvido um novo campo acadêmico chamado de humanidades digitais⁸² (BERRY, 2012).

Os dados produzidos durante uma pesquisa dificilmente aparecem no documento final, que é o artigo científico, e para o qual já existem soluções de preservação. Portanto, a preservação desses dados a longo prazo foi considerada tão importante para o futuro da pesquisa que a National Science Foundation, nos EUA, decidiu colocar como requerimento para os pedidos de financiamentos a aplicação de um plano de gestão dos dados dentro dos projetos submetidos⁸³. A preservação desses dados e documentos constitui um desafio para o saber arquivístico (GILLILAND, 2009; HEDSTROM, 1991), e entende-se hoje que a conservação desse tipo de documentação deve ser feita o quanto antes para evitar a perda de informações por obsolescência de formatos (TASK FORCE ON ARCHIVING OF DIGITAL INFORMATION, 1996; KIRSCHENBAUM et al., 2010). A partir dessa percepção questiona-se: se as instituições acadêmicas não cuidarem dessa produção em formato digital desde sua criação, qual outra entidade poderia ser responsável por ela? Ao nosso ver, a utilização de ferramentas informáticas pelos pesquisadores para produção de conhecimento torna essencial a questão da responsabilidade - e do interesse - pela preservação dessa produção digital. Deste modo, parece que a questão do papel das IES frente a esse tipo de produção documental não é definida no discurso arquivístico ou jurídico no Brasil⁸⁴, deixando espaço para a reflexão e a constituição de soluções individuais ou coletivas.

4 DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURAS DE INFORMAÇÃO E ARQUIVOS DA PESQUISA

⁸² No Brasil, ver o grupo de pesquisa *Humanidades Digitais* da USP : <http://humanidadesdigitais.org/>

⁸³ Ver : http://www.nsf.gov/pubs/policydocs/pappguide/nsf11001/gpg_2.jsp#dmp

⁸⁴ Nota-se que os requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, e-ARQ, indicam no item 3.5.2 que estes devem ser abilitados a capturar bases de dados (CONARQ, 2012)

Os arquivos de instituições de ensino superior estão sendo regulamentados de modo diferente em cada país. A legislação é um fator importante no desenho da infraestrutura de informação de uma instituição, fazendo parte do seu desenvolvimento. Observa-se que alguns países estabelecem que os arquivos de universidades tenham a obrigação de transferir os documentos de valor permanente para o arquivo de seu estado respectivo, sendo as operações de avaliação definidas por regimento e acordo conjunto entre a instituição de ensino e os arquivos do estado. Na França, desenvolveu-se desde 1980 uma tipologia de documentos relativa ao patrimônio arquivístico de caráter científico (CHARMASSON; DEMEULENAERE-DOUYÈRE, 2006). A partir de 2004, surgiram neste país iniciativas nas instituições de pesquisa para a contratação de arquivistas com atribuições específicas para esse tipo de documentação e seu tratamento, proporcionando instrumentos de pesquisa concebidos para a conservação de informação relativa aos conteúdos produzidos e trabalho com a documentação corrente em vista do seu futuro depósito em repositórios nacionais. Outras práticas nacionais apresentam unidades de arquivos independentes no assunto da documentação produzida pela instituição de ensino, tomando a responsabilidade para avaliação e guarda da documentação permanente a própria universidade, aliviando, assim, os arquivos estaduais. Outras opiniões a respeito indicam uma sob-carga para o orçamento do estado, alegando o aumento das despesas na manutenção da documentação permanente em vários repositórios.

No estado da Instituição observada, os arquivos das IES não têm obrigação legal de depósito no arquivo do estado, e se tornam responsáveis, de fato e na prática, da salvaguarda dos seus documentos de valor permanente sem que esteja claramente definida, na fala dos entrevistados, a relação com os arquivos nacionais a respeito da dita Lei de Arquivos⁸⁵, que menciona o recolhimento da documentação de guarda permanente pelo Arquivo Nacional. Essa ausência de definição dos procedimentos a serem adotados pelas universidades e o desconhecimento de políticas públicas para as IES se encontram também nos resultados apresentados por Carpes e Castanho (2011). Como podemos ver em outras instituições brasileiras, essa realidade prática condicionou a criação de órgãos destinados

⁸⁵ Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991

especificamente ao tratamento da documentação de guarda permanente, organizando, assim, o gerenciamento da documentação corrente nas diferentes unidades com modalidades variáveis. De fato, algumas unidades da Instituição observada podem ser consideradas como independentes, possuindo seus próprios centros de arquivos permanentes.

5 A CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PERMANENTE DE ARQUIVOS

A solução adotada pela Instituição observada para conduzir a reflexão sobre os seus arquivos traz elementos importantes para a análise. O primeiro ponto que podemos indicar é a criação de uma comissão permanente. Essa criação pode ser considerada como uma mudança na forma de se organizar a questão dos arquivos dentro de uma IES, comparando com a conclusão de Silva em 1994 (SANTOS, 1994). Desenvolvida a partir de 89 questionários enviados a universidades brasileiras, esta pesquisa mostra que:

Nas universidades onde são mantidos vários órgãos voltados para a administração de arquivos, não se detectou sinais de coordenação dos programas arquivísticos e as experiências que congregam a administração dos programas arquivísticos sob a responsabilidade de um mesmo setor são mais raras. (SANTOS, 1994)

A criação da comissão representa um conjunto de ações realizadas por parte de diferentes grupos e pessoas dentro da instituição, sob a forma de uma interação com a reitoria para sensibiliza-la para questão dos arquivos durante um processo de reformulação do regimento geral da instituição. Após uma primeira fase, a comissão se tornou permanente em 2010 e seu regimento foi aprovado em 2012. A formação da comissão também traz elementos de interesse, pois é constituída por professores de Humanas e de Ciência da Informação indicados pelo instituto de Ciência da Informação e pelo Conselho Universitário. A composição da comissão pode indicar que a problemática dos arquivos da Instituição está considerada como algo que ultrapassa um problema “meramente” de gestão: a circulação e a preservação da documentação da instituição deverá ser pensada por professores, mesmo se um representante do arquivo central foi incluído posteriormente. Essa inclusão é uma

forma de resposta à necessidade de se ter um retorno da parte de quem lida diretamente com a documentação produzida e os problemas práticos das atividades arquivísticas cotidianas. Nos fatos, as soluções desenvolvidas ao nível da comissão serão, em definitivo, de responsabilidade dos funcionários que irão, no dia-a-dia das suas atividades, efetuar a aplicação concreta dessas decisões, mantendo e atualizando a documentação disponibilizada. Cursos de capacitação foram programados e manuais de aplicação de normas brasileiras estão sendo atualmente desenvolvidos por alguns membros da comissão a destinação desses funcionários.

A questão das despesas e receitas das atividades arquivísticas também pode ser acompanhada por ser um elemento decisivo nos debates: a comissão depende de financiamentos externos, por meio de projetos de infraestrutura, para poder arcar com despesas específicas que não poderão ser incluídas no orçamento administrativo. Essa situação condiciona a realização de projetos de tratamento e/ou de constituição de infraestruturas aos critérios aplicados nos pedidos de financiamentos externos que trazem listas de requerimentos a serem contemplados, incluindo, por exemplo, o critério de propor um serviço para a pesquisa. Neste sentido, a proposta realizada pela comissão para esse instrumento de apoio inclui a documentação e os arquivos em um conjunto de ações de preservação que contemplam outros tipos de objetos patrimoniais dentro da Instituição.

Além desse elemento, a questão da “externalização” de algumas atividades, como a digitalização ou o planejamento de alguns projetos específicos, aponta para alguns problemas relativos a atividades desenvolvidas por empresas tercerizadas ou até mesmo por outros setores da Instituição que não necessariamente respeitam os requisitos arquivísticos, seguindo a fala de parte dos entrevistados. Por enquanto, a questão da responsabilidade da instituição e dos atores envolvidos frente à essas atividades em geral, e à digitalização dos seus documentos em particular, continua aberta.

A definição dos arquivos da pesquisa pelas pessoas entrevistadas apresenta duas tendências: as pessoas questionadas variam de um entendimento que leva em conta principalmente a documentação considerada de valor histórico, que já se encontra nas unidades ou no órgão central de arquivos; ou, quase pelo contrário, como a produção dos pesquisadores contemporâneos, incluindo, assim, ao lado da produção destes em formato papel, a produção de elementos em forma nativamente-digital. Essas duas alternativas

condicionam de modo claro as perspectivas de ações a serem desenvolvidas pela recente consolidação da comissão de arquivos. Portanto, a produção contemporânea de documentos de pesquisa poderá ou não ser considerada na elaboração de políticas e aplicação de projetos na instituição, seja por serviços oferecidos aos pesquisadores para armazenar seus documentos, por desenvolvimento de sistemas de gerenciamento eletrônico de documentos ou para a digitalização da produção arquivada nas diferentes unidades.

6 DESENVOLVIMENTO DA POLITICA PARA OS ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE

Se considerarmos que as práticas de arquivamento influenciam o resultado final - os arquivos - e que essas práticas são atos de produção e de atribuição de valor que não existem de antemão (BLOUIN; ROSENBERG, 2011; SCHWARTZ; COOK, 2002; KETELAAR, 1999), devemos, igualmente, refletir sobre os aspectos que consideraremos na nossa análise. Por esse motivo, temos seguido elementos concretos como políticas institucionais de arquivos e/ou desenvolvimento de soluções técnicas que organizam a inclusão ou exclusão de um certo tipo de produção documental, no caso, documentos produzidos no âmbito de atividades científicas.

Conforme o relatório de pesquisa apresentado por Santos (1994), várias unidades da instituição observada estão envolvidas com a documentação administrativa e/ou de pesquisa dentro da Instituição. É interessante ressaltar que as relações entre os membros da comissão permanente; entre esta e as diferentes unidades da Instituição; entre esta e o órgão central de documentação e arquivos mas também com outras entidades envolvidas nos processos administrativos (como os setores de planejamento ou de informática, que oferece soluções de armazenagem digital para os pesquisadores e a própria administração) constituem um desafio importante, e uma preocupação constante para as diferentes pessoas interrogadas.

De modo geral, os membros da comissão concordam entre eles sobre a importância de se desenvolver um sistema de arquivos dentro da Instituição, de modo a assegurar uma melhor coordenação das atividades envolvidas com a documentação. Nos fatos, cada uma

das entidades administrativas ou de ensino trabalha com conceitos e definições diferentes do que é um documento ou de que são arquivos. Além destas diferenças, cada uma das entidades trabalha não somente com procedimentos específicos, mas também com objetivos às vezes divergentes, seja em termos de atividades que deveriam ser aplicadas por toda a instituição, seja no assunto dos serviços a serem oferecidos para a documentação e arquivos na Instituição. Esses contrastes podem ser considerados por alguns autores como problemas ligados a preconceitos sobre arquivos e atividades arquivísticas (OHIRA; DAVOK; SCHENKEL, 2008).

Porém, essas diferenças podem também ser pensadas como variações frente a documentação, baseadas em convenções coletivas. Yakel (2001) apronta as práticas não-codificadas e os conhecimentos tácitos dentro de comunidades de práticas como elementos determinantes que condicionam a produção e conservação de informações. A coordenação entre as diferentes unidades, possivelmente gerenciada pela comissão permanente de arquivos da Instituição, representa, assim, um desafio importante ao necessitar uma capacidade de integração dessas práticas, sem, por enquanto, aceitar demais diferenças para se chegar a um sistema eficaz. Ao refletir sobre suas atribuições dentro da comissão, os membros apresentam variações quanto à responsabilidade da comissão no gerenciamento da coordenação entre as unidades. Como explicado por um dos entrevistados, a comissão oscila entre uma interpretação dos seus mandatos como executivos, técnicos ou ainda de conselho ou coordenação das atividades arquivísticas. Assim sendo, a própria definição das atividades da comissão pelos seus membros, e a negociação entre eles e outras instâncias sobre os seus mandatos, constitui um ponto essencial na criação da infraestrutura de informação que será implementada dentro da instituição.

Conforme Jardim (2003), a política arquivística tende a influenciar o sistema arquivístico para que ele funcione efetivamente, pois os sistemas são produtos e não causas das políticas. Seguindo esses preceitos, os atores interrogados foram unívocos quanto a esse ponto: uma das atribuições principais da comissão de arquivos permanentes é a elaboração de uma política de arquivos para a Instituição. Por se tratar de um assunto reservado, não pudemos acessar a documentação relativa, e trazemos aqui elementos sinalizados oralmente pelos entrevistados. A política de arquivos, atualmente em fase de avaliação na Instituição, traz a questão da independência das unidades frente a seus

documentos e sua conservação permanente, elemento que já se fazia presente nas atribuições da comissão no seu regimento interno. Os entrevistados indicam de um lado a preocupação de uma possível reprodução das variações observadas atualmente na Instituição, que oscilam entre uma avaliação “zero” em relação à vontade de conservar toda a produção, até o descarte sem preocupação de toda documentação que não está mais em uso administrativo. Essa situação reflete o constato de Ohira et al. (2004):

Nas demais universidades, os arquivos onde são recolhidas as informações orgânicas geralmente não estão providos de metodologias arquivísticas, por vezes, armazenando-se, indiscriminadamente, todos os documentos produzidos, enquanto outras vezes são eliminados documentos sem critério de avaliação, seleção e descarte, correndo-se o risco de perder registros que têm valor permanente, contendo informações de relevância para a administração, ou até mesmo fatos históricos.

Por outro lado, entrevistados consideram a independência e responsabilidade das unidades frente a sua documentação como um modo de evitar perdas de informações contextuais necessárias a preservação do conteúdo dos documentos.

Entendemos, assim, que os atores entrevistados são pessoas que debatem suas futuras atividades, negociam as possibilidades de desenvolvimento a serem realizadas, encontram dificuldades e apoio ao nível institucional, enfrentam prazos a serem cumpridos e critérios de atribuição de recursos. A dimensão relacional aparece nos discursos dos entrevistados como um fator que tem peso nas atividades e discussões sobre os arquivos da universidade e nas soluções que serão posteriormente desenvolvidas. Portanto, os resultados dos debates, as soluções adotadas frente aos requisitos externos e as relações desenvolvidas entre os membros serão incluídos na política em fase de elaboração; suas aplicações orientarão as atividades pela atenção atribuída ou não aos arquivos da pesquisa, indicando que a solução a ser adotada não é desenvolvida no vazio e leva em conta elementos que preexistem, como relações já estabelecidas e hábitos de procedimentos, respondendo assim as características das infraestruturas de informação como construídas sobre bases já instaladas e interagindo com elas (STAR; RUHLER, 2010).

7 RELAÇÕES, PRÁTICAS E CRIAÇÃO DE CONSENSO SOBRE A PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Até então, seguindo a fala dos entrevistados, a coleta de documentos administrativos ou de pesquisa, é realizada a princípio por pedido das unidades ou de familiares de antigos professores. Na hora de uma eventual mudança ou de falta de espaço, são contatados um ou outro membro da comissão para encontrar soluções e efetuar eventuais transferências ou doações de documentos. A coleta não é considerada atividade a ser organizada desde a criação dos documentos, e, no caso dos arquivos da pesquisa, ela pode encontrar obstáculos importantes, como a transmissão e disponibilização de elementos às vezes confidenciais, mas também a preservação do contexto de constituição dos dados, importante para poder recuperá-los.

As soluções a serem encontradas repousam, de acordo com a fala dos entrevistados, sobre as relações existentes dentro da instituição. As relações são percebidas como fatores que influenciam a coordenação das atividades e parecem até ultrapassar qualquer problemática técnica que poderia ser encontrada posteriormente. No caso, o feito de considerar ou não como parte das atividades arquivísticas o tratamento da documentação produzida pelos pesquisadores e/ou o desenvolvimento de soluções para o armazenamento a longo prazo da produção nato-digital repousa sobre um entendimento partilhado do que são os arquivos de modo geral, historicamente baseados em papel e constituídos *post-hoc*. O entendimento partilhado do que são arquivos se torna visível nas decisões frente ao tipo de documentação sob atribuições e responsabilidade de uma IES, em um ambiente nacional no qual não existe uma definição nem práticas já consolidadas. A inclusão dos arquivos da pesquisa depende de fatores externos, como os requisitos das agências de fomento que, sem considerar os arquivos em particular, demandam o desenvolvimento de serviços para a pesquisa, levando assim a comissão a considerar a preservação de dados da pesquisa como um item que poderia contemplar esse requisito.

A produção nato-digital não foi considerada no levantamento inicial previsto pela comissão e foi dirigida a documentação custodiada nas unidades, com o intuito de conhecer os tipos de documentos, quantidade e estado de conservação. Deste modo, esse primeiro

passo foi interpretado pelos atores como um elemento decisivo para poder entrar no debate de modo a ser entendido pelos outros atores envolvidos com documentação e arquivos. Além dos levantamentos, os atores consideram o entendimento do funcionamento atual da produção e circulação dos documentos dentro da Instituição como um elemento de entrada no grupo, por ser um saber prático que demanda tempo e dedicação para ser adquirido, necessitando eventualmente a formalização de etapas do levantamento a serem realizadas, incluindo entrevistas com atores para entender o fluxo de circulação dos documentos (OHIRA; DAVOK; SCHENKEL, 2008). O conhecimento dessa realidade, assim como a capacidade de ter uma visão global dos processos são elementos considerados como essenciais nas falas dos entrevistados.

Após essas primeiras observações, outro fator de importância trazido pelos atores diz respeito à documentação técnica regulamentando as atividades arquivísticas das IES. O Ministério da Educação (MEC) lançou recentemente um quadro de classificação para as IFES⁸⁶. No caso contemplado nesta pesquisa, problemas foram trazidos pelos entrevistados em termos de compatibilidade na tipologia documental considerada pelo MEC: alguns documentos produzidos dentro da Instituição não encontram definição no quadro do MEC, bem como as definições não correspondem necessariamente⁸⁷.

Alem desse primeiro ponto, o quadro de classificação do MEC não considera a documentação produzida pelos próprios pesquisadores dentro de suas atividades de pesquisa, embora indica um código para os programas de ensino e os projetos de pesquisa depositados e incluem um item chamado “outros assuntos referentes à pesquisa”. Por esse viés, entendemos que a definição de arquivos acadêmicos, seguindo a nomenclatura do quadro de classificação do MEC, não parece incluir, pelo título da portaria, a produção administrativa das instituições, mas não contempla, por enquanto, a produção atual dos pesquisadores. Assim, esse material é deixado fora de um quadro nacional e aos critérios das instituições e dos próprios produtores. Essa situação reflete a percepção dos produtores frente a sua documentação. Silva (2009), indica que geralmente estes também não consideram sua documentação como incluída em outros fluxos, quando indica que “eles não

⁸⁶ Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013

⁸⁷ Esse ponto é encontrado também por Aguirre, em resultados apresentados em TCC (AGUIRRE, 2012)

fazem a inter-relação entre a documentação produzida pelos laboratórios e os documentos produzidos por outros setores institucionais”.

A constituição de classificações envolve esse tipo de inclusões e exclusões, como estudado por Bowker e Star: “tem dois aspectos nessas práticas políticas da ação classificadora e padronizadora : o feito de se chegar até classificações e padrões, e, durante o processo, decidir o que será visível no sistema e, claro, o que ficará portanto invisível”. Por enquanto, as exclusões não são necessariamente operadas de modo consciente, elas podem resultar de um desconhecimento e se tornam visíveis somente se aparecem reclamações, pois “os atores que seguimos não veem o que está sendo excluído: eles constroem um mundo no qual essa exclusão pode acontecer” (BOWKER; STAR, 1998)⁸⁸. Se acompanharmos Bowker (BOWKER, 2005), podemos supor que existe uma lógica para essa despreocupação a respeito dos documentos produzidos pelos pesquisadores, pois esses contêm os traços da constituição dos saberes, da sua historicidade e contextualização, enquanto o discurso das ciências, de alguma forma, visa à produção de um saber verdadeiro em qualquer lugar e tempo.

Nesse quadro, o esvaecimento de elementos que comprovam a formação do saber não constitui um problema, pelo contrário: a história da custódia desse tipo de material traz muitos exemplos nesse sentido, como a queima das versões anteriores à publicação para conservar a versão definitiva⁸⁹, única a representar o verdadeiro saber já constituído, perdendo, assim, o caminho, as escolhas e os erros que foram feitos até essa última fase na qual o discurso é estabilizado. Observações semelhantes estão colocadas por Figueiroa, Do Rossio e Peyerl (2013), quando tratam da despreocupação dos cientistas em relação à documentação que não tem mais atualidade científica, ou por Valente e Handfas (2012), ao constatar uma falta de consideração da parte das áreas culturais “pela dificuldade de se considerar o patrimônio científico e tecnológico como resultado da produção cultural do homem”.

⁸⁸ Tradução nossa, original: « the actors being followed did not see what was excluded: they constructed a world in which that exclusion could occur »

⁸⁹ Caso relatado por um pesquisador em uma comunicação científica a respeito da história da custódia dos arquivos de De Saussure.

8 INCLUINDO OS ARQUIVOS DA PESQUISA NAS POLÍTICAS: ALGUMAS PROBLEMÁTICAS PRÁTICAS

Podemos entender assim que o tratamento dos arquivos da pesquisa, especialmente no caso da produção nato-digital, não constitui um elemento claramente definido, já que estes são pouco visíveis para os atores envolvidos dentro das discussões sobre as políticas de arquivos na Instituição, não sendo necessariamente considerados como algo que deveria ser incluído nelas. Além desse primeiro elemento, podemos apontar, por via de conclusão, para questões legais e de sigilo da pesquisa, e para problemáticas da conservação do contexto de produção dos dados. Os procedimentos práticos que esse tipo de documentação necessitaria para ser tratada por arquivistas levantam questões de fluxos de trabalho e de relacionamento com os produtores. Um dos entrevistados⁹⁰ (informação verbal) apresentou esse ponto de modo claro:

eu não sei para quem eu poderia dar essas tabelas que eu fiz para minhas pesquisas e que continuo alimentando... seria triste perder o trabalho realizado na hora de sair do cargo... não é do colegiado não, também não entra na coordenação do curso, pois não estão ligadas ao meu cargo de professor... talvez poderia ser recuperado por um aluno meu, porque precisaria transmitir todos os elementos que levaram a constituição das tabelas e saber como utilizá-las, deveria ser uma pessoa que entende esse contexto.

Nota-se a importância dos elementos a serem transmitidos no quadro de arquivos da pesquisa, que, para o entendimento do entrevistado, apresentam as numerosas dificuldades encontradas na hora de transmitir esse tipo de documentação, seja para identificar o possível responsável da custódia ou para o tratamento arquivístico desta, de forma a preservar toda a informação necessária para poder entender e, eventualmente, recuperar os dados produzidos.

Garfinkel (1984) explica a ausência de meta-informações nos documentos de registro em uma pesquisa efetuada em ambiente hospitalar, utilizando a expressão “bons motivos

⁹⁰ Informação coletada em entrevista com a autora da pesquisa, 2014.

organizacionais para mau registros clínicos”⁹¹ como título das suas reflexões. Ele entende que a produção de dados dentro de pesquisas não vem sendo acompanhada das informações necessárias ao trâmite desses dados fora da utilização individual ou restrita ao grupo de pesquisa, pois os indivíduos contam com a transmissão oral e o saber coletivo para complementar e explicitar a criação dos dados. Frente a esse tipo de fluxo informacional, problemáticas desse tipo poderiam ser encontradas na hora de incluir documentos de pesquisa em infraestruturas sistematizadas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As decisões tomadas hoje pela comissão permanente de arquivos orientarão de modo decisivo os conteúdos dos arquivos da instituição para a coletividade contemporânea e futura. As mutações das práticas de pesquisa e a democratização desta criam novos desafios para a conservação dos arquivos dos pesquisadores. Os investimentos atuais para a pesquisa e produção de dados nas universidades públicas questionam as atividades realizadas para a perenização dessa produção a longo prazo: os dados produzidos não estão inseridos dentro das publicações finais, para as quais já existem soluções sob formato de repositórios digitais de artigos, e vêm sendo perdidos. A dimensão relacional e política das atividades arquivísticas entram em linha na hora de escolher os elementos a serem tratados e preservados, assim como o modo da sua difusão, destacando, assim, a importância da comunidade na discussão ao entorno da preservação dos arquivos. Os elementos aqui apresentados constituem passos em andamento dentro de uma pesquisa de doutorado que trabalha o tema das infraestruturas de informação em arquivos, aproveitando a possibilidade de trabalhar esse conceito em um ambiente específico que é o dos arquivos universitários para perceber os elementos que influenciam a escolha dos documentos a serem conservados e disponibilizados.

⁹¹ Tradução nossa, original : « “Good” organisational reasons for “bad” clinical records »

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, M. B. Políticas públicas para os arquivos: a adoção dos instrumentos de gestão documental relativos às atividades-fim das IFES. 2012.

ÁLVAREZ VALENTE, M. E.; ROSEMBERG HANDFAS, E. O patrimônio cultural científico e tecnológico brasileiro e a importância de políticas públicas para sua preservação. **Revista Ciências Estratégicas**, v. 20, n. 28, p. 271–284, 2012.

BAKER, K. S.; MILLERAND, F. Scientific infrastructure design: Information environments and knowledge provinces. **MEET Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, v. 44, n. 1, p. 1–9, 2007.

BELOVARI, S. **Five Archival Issues and Their International Implications**. In: III ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS. Rio de Janeiro: 26 set. 2007 Disponível em: <http://www.mast.br/pdf/anais_3_encontro_de_arquivos_cientificos.pdf#page=8>. Acesso em: 30 jun. 2014

BERRY, D. M. **Understanding Digital Humanities**. Palgrave Macmillan, 2012.

BLOUIN, F. X.; ROSENBERG, W. G. **Processing the past: contesting authority in history and the archives**. New York: Oxford University Press, 2011.

BOWKER, G. C. **Memory practices in the sciences**. MIT Press Cambridge, MA, 2005.

BOWKER, G. C. et al. Toward Information Infrastructure Studies: Ways of Knowing in a Networked Environment. In: HUNSINGER, J.; KLASTRUP, L.; ALLEN, M. (Eds.). **International Handbook of Internet Research**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2009. p. 97–117.

BOWKER, G. C.; STAR, S. L. Building information infrastructures for social worlds—The role of classifications and standards. In: **Community computing and support systems**. Springer, 1998. p. 231–248.

CARPES, F. S.; CASTANHO, D. M. A política nacional de arquivos na perspectiva das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 192–211, 14 set. 2011.

CHARMASSON, T.; DEMEULENAERE-DOUYÈRE, C. Les archives des sciences : mythe ou réalités ? In: AUBRY, M.; CHAVE, I.; DOOM, V. (Eds.). **Histoire et littérature de l'Europe du Nord-Ouest**. UMR CNRS IRHiS – Lille 3, 2006. p. 71–80.

CHARMASSON, T. Archives scientifiques ou archives des sciences : des sources pour l'histoire. **La revue pour l'histoire du CNRS**, n. 14, 3 maio 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – e-ARQ. Disponível em:
<<http://www.documentoseletronicos.arquivonacional.gov.br/media/e-arq-brasil-2011-corrigido.pdf>>

CORDELLA, A. **Information infrastructure in action**. London School of Economics and Political Science, 2006.

CORDELLA, A. Information Infrastructure: An Actor-Network Perspective. **International Journal of Actor-Network Theory and Technological Innovation (IJANTTI)**, v. 2, n. 1, p. 27–53, 2010.

EDWARDS, P. N. et al. Science friction: Data, metadata, and collaboration. **Social Studies of Science**, v. 41, n. 5, p. 667–690, 15 ago. 2011.

FIGUEIRÔA, S. F. DE M.; DO ROSSIO MARTINS, N.; PEYERL, D. História e memória da ciência e da tecnologia: algumas reflexões a partir do Brasil. **Revista Electrónica de Fuentes y Archivos**, v. 4, n. 4, p. 143–153, 2013.

GARFINKEL, H. Good organizational reasons for bad clinic records. In: GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge: Polity Press, 1984. p. 186–207.

GILLILAND, A. **synergy and symbiosis: archival practice and academic digital repositories** (International Council on Archives et al., Eds.)Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa–FCRB : Museu de Astronomia e Ciências Afins–MAST : SUV/ICA, 2009

HANSETH, O.; LYYTINEN, K. Design theory for dynamic complexity in information infrastructures: the case of building internet. **Journal of Information Technology**, v. 25, n. 1, p. 1–19, mar. 2010.

HEDSTROM, M. Understanding Electronic Incunabula: A Framework for Research on Electronic Records. **American Archivist**, v. 54, n. 3, p. 334–354, 1 jul. 1991.

HINE, C. Connective Ethnography for the Exploration of e-Science. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 12, n. 2, p. 618–634, 2007.

JOURNAL OF THE ASSOCIATION FOR INFORMATION SYSTEMS, **Special Issue on e-infrastructures**, v. 10, n°5, 2009

KETELAAR, E. Archivalisation and Archiving. **ARCHIVES AND MANUSCRIPTS**, v. 27, n. 1, p. 54–61, 1999.

KIRSCHENBAUM, M. G. et al. **Digital forensics and born-digital content in cultural heritage collections**. Washington, D.C.: Council on Library and Information Resources, 2010.

MACKENZIE, A. These Things Called Systems Collective Imaginings and Infrastructural Software. **Social Studies of Science**, v. 33, n. 3, p. 365–387, 6 jan. 2003.

MARTINS, R. DE A. **O sistema de arquivos da universidade e a memória científica** Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários. **Anais...** In: SÉMINARIO NACIONAL DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS. Campinas: 1992

MAST. **guia básico para a preservação de arquivos de laboratórios**, 2010. Disponível em: <http://www.mast.br/pdf/guia_basico_para_preservacao_de_acervos.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2014

MILLERAND, F. La science en réseau : Les gestionnaires d'information « invisibles » dans la production d'une base de données scientifiques. 2012.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-MCT, Relatório da comissão especial, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Política nacional da memória da ciência e da tecnologia, Brasília, 30 set. 2003

OHIRA, M. L. B.; DAVOK, D. F.; SCHENKEL, M. B. DE C. PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA: trajetória, desafios e perspectivas. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 18, n. 2, 29 abr. 2008.

OHIRA, M. L. B. et al. Gestão de documentos em arquivos universitários: estudo de caso no Arquivo Central da FAED-UDESC. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., Anais... Brasília: Universidade de Brasília, 2004. Disponível em: <http://200.19.105.195/html/novo_portal/arquivos/secao/cdoc/FAED_Congresso.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2009.

PIPEK, V.; WULF, V. Infrastructuring: Toward an integrated perspective on the design and use of information technology. **Journal of the Association for Information Systems**, v. 10, n. 5, p. 1, 2009.

RHOADS, J. B. **The Role of Archives and Records Management in National Information Systems: A RAMP Study**. Paris: UNESCO, 1983.

SANTOS, V. M. DOS. Arquivos universitários e arquivos em universidades: alguns aspectos da administração de arquivos nas universidades brasileiras. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 23, n. 1, p. 78–84, 1994.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Archives, records, and power: The making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, n. 1, p. 1–19, 2002.

SHAPIN, S. The invisible technician. **American Scientist**, v. 77, n. 6, p. 554–563, 1989.

SILVA, M. C. S. DE M. E S. **A relação entre os documentos de laboratório e o arquivo: a importância da gestão de documentos** (International Council on Archives et al., Eds.) Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa–FCRB : Museu de Astronomia e Ciências Afins–MAST : SUV/ICA, 2009

STAR, S. L.; RUHLEDER, K. Vers une écologie de l'infrastructure. **Revue d'anthropologie des connaissances**, v. Vol 4, 1, n. 1, p. 114, 2010.

STRAUSS, A. L. **Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques**. Newbury Park ; London [etc.]: Sage, 1990.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. M. (EDS.). **Grounded theory in practice**. Thousand Oaks Calif. [etc.]: SAGE Publ, 1997.

TASK FORCE ON ARCHIVING OF DIGITAL INFORMATION; COMMISSION ON PRESERVATION AND ACCESS; RESEARCH LIBRARIES GROUP. **Preserving digital information: report of the Task Force on Archiving of Digital Information**. Washington, D.C.: Commission on Preservation and Access, 1996.

WILSON, L. Intangible histories and the invisible technician. **International Committee for University Museums and Collections (UMAC) Proceedings**, v. 5, 2012.

YAKEL, E. **The Social Construction of Accountability: Radiologists and their Recordkeeping Practices**. Disponível em:

<http://www.academia.edu/2738790/The_Social_Construction_of_Accountability_Radiologists_and_their_Recordkeeping_Practices>. Acesso em: 30 jun. 2014.